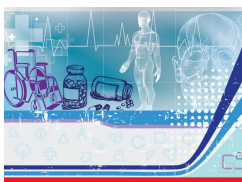




MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva - SEEXEC

Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN



FNDCT
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ATA DA 48ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE SAÚDE - CT- SAÚDE

Data: 13/01/2026

Horário: 10:00h às 12:20h

Local: Sala de Reuniões do Gabinete SEPPE, 2º andar, Sala 235, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", Brasília-DF e remotamente pela plataforma Teams no link: <https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F%23%2F%2Fmeeting-Y2Y2NDA5MWMtNDI1MS00Yzk1LTg0YjctZDAzNWVhZU5NjU4%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257b%2522Tid%2522%253a%2522bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%2522%252c%2522Oid%2522%253a%2522cd12fb4f-c86c-4bb2-b5ba-d417bdfcb9f4%2522%257d%26anon%3Dtrue&type=meeting-join&deeplinkId=9ec2c780-a38d-405d-b462-750b878fdbb1&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&suppressPrompt=true>

Presidente do Fundo: Andrea Brito Latgé - Secretária/SEPPE/MCTI

Elaboração da ATA: Equipe da CGSB/DEPTE/SEPPE

1. Membros presentes:

- I - Andrea Brito Latgé – Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI, presidente do CT-SAÚDE;
II – Joana Souza de Meirelles, superintendente da Área de Saúde e Transformação Digital, representante do Sr. Elias Ramos da Finep (remotamente);
III – Leandro Pinheiro de Safatle – Diretor Presidente da Anvisa;
IV – Márcio Bósio _ Diretor Institucional da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos – ABIMO/CNI;
V – Meiruze Souza Freitas – Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia/ SCTIE/MS representando Fernanda De Negri.

Representantes do segmento acadêmico-científico:

Marimelia Porcionatto – pela SBPC (remotamente);
Glaucius Oliva – pela ABC (remotamente).

Demais participantes:

Leandro Bortolozo Pedron – Diretor do DEPTE/SEPPE/MCTI;
Janaina de Oliveira Rezende Silva – Chefe de Gabinete substituta da SEPPE/ SEPPE/MCTI;
Thais Haline Vaz Sousa – Coordenadora - Geral substituta da CGSB/DEPTE/SEPPE/MCTI;
Rayane da Silva Vale – CGSB/DEPTE/SEPPE;
Maguida Fabiana da Silva – CGSB/DEPTE/SEPPE (remotamente);
Lilian Rose Peters – Coordenadora - Geral de Governanças de Fundos substituta - CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
Pedro Henrique de Araújo Ferreira- CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
Luana Araújo – representante do grupo FarmaBrasil;
Tamara Silvana Menuzzi Diverio – CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
Marcelo de Matos Ramos – Coordenador – Geral de Promoção e Regulação do Complexo Industrial/MS;
Felipe Kamia – Assessor da Anvisa;
Geisiane Nobrega de Oliveira- CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
Elenice Teresinha Thomas Carvalho – CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI (remotamente);
Marlinha Correia de Godoi – SEPPE/MCTI (remotamente).

2. Abertura da reunião

A reunião foi aberta pela Sra. Andrea Latgé, que deu as boas-vindas aos participantes, desejou votos para o ano de 2026 e destacou a importância do fortalecimento da articulação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Saúde no âmbito do CT-Saúde.

A Secretária esclareceu que embora a Ata da 47ª Reunião do CT-Saúde constasse da Pauta para aprovação, a mesma já havia sido aprovada por e-mail anteriormente.

3. Apresentação: programa de inovação radical em saúde

A Sra. Meiruze de Souza Freitas apresentou proposta intitulada “Iniciativa Nacional de Inovação Radical em Saúde”, cujo objetivo central é “desenvolver e acelerar soluções terapêuticas disruptivas para doenças prioritárias no Brasil, com entregas concretas – como fármacos de inovação radical e dispositivos médicos – fortalecendo um ecossistema nacional de inovação farmacêutica e tecnológica, tendo o CNPEM como ponto de partida e a atuação orientada pelas diretrizes estratégicas do Ministério da Saúde”. Foram apresentados os seguintes pontos principais:

- Foco no fortalecimento da pesquisa básica orientada à inovação e à geração de produtos;
- Utilização do CNPEM como projeto piloto e posterior participação de outros centros amplos;
- Integração com estratégias regulatórias, envolvendo órgãos reguladores, como ANVISA, INMETRO e INPI;
- Articulação com Finep, BNDES, CNPq, Embrapii e demais agências de fomento;
- Possibilidade de participação do setor privado e de parcerias público-privadas;
- Ênfase em áreas estratégicas, como descoberta e validação de alvos, biotecnologia, fármacos de alta potência, pesquisas complementares e inovadoras, terapias avançadas, diagnósticos disruptivos e genômica;
- Formação de recursos humanos, incluindo residências tecnológicas;
- O financiamento inicia-se com recursos do Ministério da Saúde com previsão inicial de R\$ 200 milhões e perspectiva de projeto de longo prazo (pelo menos até 2030).
- Depois da apresentação, os participantes manifestaram-se sobre a proposta, destacando os seguintes pontos principais:

- Relevância do CT-Saúde como instância estratégica de formulação de propostas no âmbito do FNDCT;
- Importância da articulação entre pesquisa básica, desenvolvimento tecnológico e introdução de produtos no mercado, com estímulo à inovação translacional;
- Necessidade de coordenação interinstitucional entre Ministério da Saúde, MCTI, Finep, Embrapii, CNPq, BNDES e demais agentes de fomento;
- Destaque para o papel da Embrapii, tanto na articulação com a inovação quanto em modelos eficazes de gestão da propriedade intelectual;
- Questionamentos quanto à definição das prioridades estratégicas, com ponderações sobre o equilíbrio entre eixos tecnológicos e doenças, prevenção e necessidades de saúde da população;
- Ênfase na importância da participação da sociedade civil na elaboração e orientação dos projetos;
- Relevância do fortalecimento das ciências regulatórias e da formação de recursos humanos ao longo da cadeia de inovação;
- Importância de estratégias de internalização e absorção tecnológica, de modo a reduzir dependências externas.
- Reconhecimento do potencial estratégico da iniciativa Genoma Brasil, com destaque para a necessidade de assegurar governança adequada, proteção dos dados e geração de benefícios diretos para a população brasileira;
- Pertinência do uso do poder de compra do Estado (Via SUS) como instrumento indutor do desenvolvimento industrial, contribuindo para a escala inicial dos produtos e para sua potencial inserção em mercados externos, dado que o mercado privado nacional isoladamente pode não viabilizar inovações radicais.

Em resposta às manifestações, foi esclarecido que a proposta se refere a um Programa de Inovação Radical em Tecnologias em Saúde, com foco no desenvolvimento de produtos, razão pela qual a definição inicial das prioridades parte de eixos tecnológicos, estando a definição das instâncias e procedimentos para definição das doenças e necessidades prioritárias em saúde em construção. Ressaltou-se, ainda, que a estrutura de governança do programa deverá envolver o Ministério da Saúde e outros atores institucionais, por meio de comitês científicos plurais.

4. Discussão sobre a proposta de “Apoio a projetos estruturantes de PD&I em Endometriose e Saúde Menstrual”

O Sr. Leandro Pedron contextualizou a origem da proposta encaminhada previamente aos participantes, esclarecendo que o documento foi elaborado a partir de diálogo com o Ministério da Saúde e que as linhas prioritárias nele descritas foram estabelecidas com base em levantamento do Instituto Alana e apoiada durante “Seminário de Pesquisa e Inovação em Endometriose no Brasil” realizado em julho de 2025, estando portanto respaldadas academicamente e fundamentadas em experiências com projetos anteriormente apoiados na temática. Destacou que o objetivo do momento era discutir a relevância da proposta sob a perspectiva da indústria e do Ministério da Saúde, bem como colher contribuições dos presentes. Informou, ainda, que o Instituto parceiro Alana, que já atua em colaboração em outra rede de pesquisa, manifestou interesse em aportar recursos para a estrutura necessária à gestão e ao desenvolvimento e consolidação da rede, nos moldes da experiência da rede de Síndrome de Down. O Instituto Alana sinalizou a possibilidade de aporte financeiro da ordem de R\$ 10.000.000,00.

Na sequência, foram apresentadas as seguintes críticas, questionamentos e sugestões à proposta:

- Questionamentos quanto à caracterização da endometriose como prioridade explícita no âmbito do SUS e do Ministério da Saúde;
- Observações sobre a relevância de ações educacionais e de conscientização em saúde menstrual, tanto para a população quanto para profissionais de saúde, apontadas como gargalos centrais no diagnóstico precoce da endometriose;
- Dúvidas quanto à demanda qualificada existente no país para absorver o volume de recursos proposto, considerando o número relativamente reduzido de pesquisadores atuantes na área em comparação a outros temas de saúde;
- Questionamentos sobre o montante financeiro previsto para a iniciativa, em especial sua proporcionalidade em relação a projetos semelhantes, redes de pesquisa já financiadas e chamadas públicas em vigor;
- Indicação de possível sobreposição ou desalinhamento com chamadas públicas recentemente lançadas na área de saúde da mulher pelo Ministério da Saúde (MS) em parceria com o CNPq;
- Necessidade de maior detalhamento do escopo do projeto, incluindo metas, indicadores e a distinção entre ações de pesquisa, inovação, formação de redes e educação em saúde;
- Recomendação de apresentação de contextualização internacional, incluindo o estágio global da pesquisa, inovação e desenvolvimento de produtos relacionados à endometriose;
- Apontamento da importância de observar os procedimentos e prazos adequados para análise prévia das propostas pelo Comitê, garantindo tempo suficiente para avaliação técnica;
- Questionamentos sobre o impacto orçamentário da proposta no conjunto dos recursos disponíveis do CT-Saúde e sobre sua priorização frente a outras demandas do setor.

Foi registrado o interesse do Ministério da Saúde em estudos voltados à saúde da mulher, observando-se que valores mais reduzidos em editais recentes decorreram de restrições orçamentárias. Esclareceu-se que a proposta apresentada tem caráter preliminar e teve como objetivo colher contribuições dos membros do Comitê, inclusive quanto à adequação do volume de recursos envolvidos. Ressaltou-se que o projeto contempla múltiplas linhas prioritárias, como estruturação de biobancos, desenvolvimento de kits diagnósticos, ações educacionais e a previsão de ensaios clínicos, especialmente na linha de tratamento, o que demanda aportes financeiros mais elevados. Informou-se, ainda, que o desenho inicial parte da premissa de chamadas públicas estruturantes no âmbito do FNDCT, com valores mínimos da ordem de R\$ 50 milhões. Reforçou-se que a proposta se encontra em construção e deverá ser aperfeiçoada no âmbito de instâncias colegiadas, levando em conta as sugestões e críticas apresentada pelo CT-Saúde.

5. Encaminhamentos

- Realizar reunião do CT-Saúde em fevereiro de 2026, com pauta dedicada à apresentação da prestação de contas do FNDCT para o exercício de 2025 e ao panorama orçamentário para 2026, incluindo recursos disponíveis e valores já comprometidos, de modo a subsidiar discussões futuras de forma realista;
- Apresentação, na próxima reunião do CT-Saúde, de exposição sintética da proposta sobre endometriose, incorporando as contribuições e os questionamentos levantados nesta reunião, com o objetivo de aprofundar o debate e subsidiar eventual manifestação do Comitê;
- Apresentar e discutir projetos encaminhado pela indústria farmacêutica nacional com assessoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, aprovado no CT-Saúde em 2025.

Encerramento

- A secretária Andrea Latgé destacou o caráter colaborativo da reunião e a relevância das contribuições apresentadas para o aperfeiçoamento das propostas discutidas, ressaltando a importância de avançar nas deliberações do CT-Saúde com base em informações orçamentárias consolidadas e maior regularidade dos encontros. Informou que os encaminhamentos e os próximos passos serão tratados na reunião prevista fevereiro de 2026. Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, com agradecimentos à participação de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Brito Latgé, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos**, em 02/02/2026, às 10:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **13447496** e o código CRC **DF1E1BA2**.

Iniciativa Nacional de Inovação Radical em Saúde

Ciência que transforma. Saúde que avança.

Decit/SCTIE/MS

Janeiro/2026

Agenda

- Objetivo geral e específicos
- Áreas prioritárias
- Financiamento da Iniciativa
- Estrutura (institucional e operacional)
- Modelo de atuação – 1º hub de inovação radical
- Níveis de maturidade tecnológica e etapas da iniciativa
- Estrutura (institucional e operacional)
- Atores
- Instrumentos legais de financiamento
- Funcionamento (mecanismos de operação e gestão)





Objetivo

Desenvolver e acelerar **soluções terapêuticas disruptivas para doenças prioritárias no Brasil**, com entregas concretas — como fármacos de inovação radical e dispositivos médicos — **fortalecendo um ecossistema nacional de inovação farmacêutica e tecnológica**, tendo o **CNPEM** como ponto de partida e a atuação orientada pelas diretrizes estratégicas do Ministério da Saúde.

1º hub de inovação radical em saúde

GOV.BR/SAUDE

f @ t v minsau



TRL 1/2

TRL 8/9



MINISTÉRIO DA SAÚDE



Iniciativa Nacional de Inovação Radical em Saúde

Objetivos específicos



Implantar um programa permanente de inovação radical em fármacos e tecnologias em saúde, tendo o CNPEM como o primeiro centro âncora de uma rede nacional de inovação sistêmica, com vistas a reposicionar o Brasil no cenário global, consolidar infraestrutura para qualificação técnica e regulatória de medicamentos e diagnósticos inovadores e ampliar patentes de interesse farmacêutico.

Estruturar infraestrutura e plataformas inovadoras para P&D em saúde nos níveis TRL 2 a 5+, integrando tecnologias avançadas — como IA, genômica e big data — e sistematizando o conhecimento científico e da sociobiodiversidade brasileira em bancos de dados integrados de alvos terapêuticos e biomoléculas, visando acelerar o desenvolvimento de soluções terapêuticas e diagnósticas personalizadas.

Fortalecer a formação de recursos humanos estratégicos por meio de programas de mestrado, doutorado e residência tecnológica no CNPEM, promovendo a convergência entre fronteiras tecnológicas e as demandas SUS.

 **Prioridade Máxima** – Impacto estratégico direto

 **Prioridade Alta** – Apoio tecnológico e científico

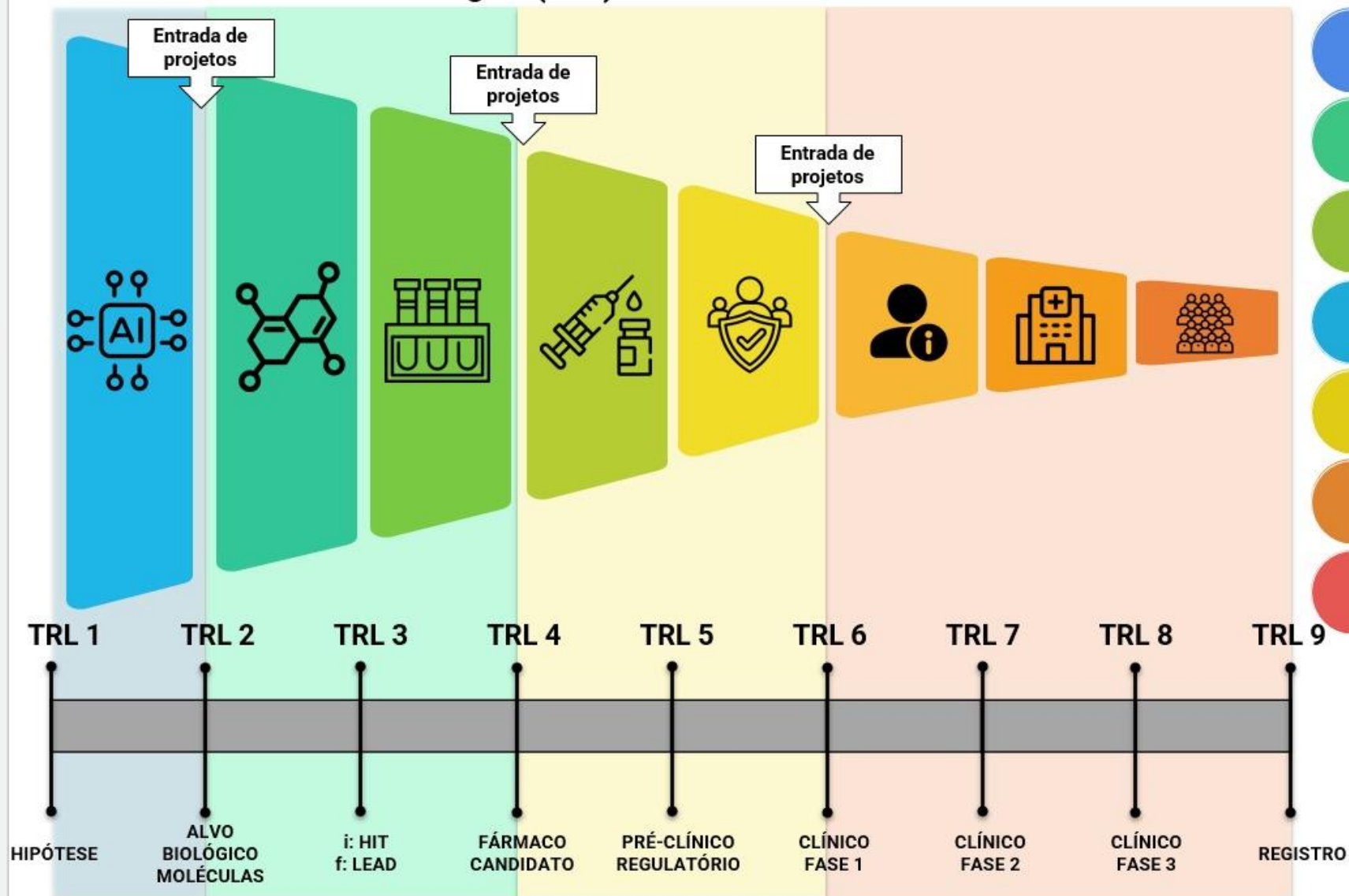
 **Prioridade Média** – Desenvolvimento humano e atuação sistêmica



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Nível maturidade TRL

Níveis de Maturidade Tecnológica (TRL)



Etapas do Programa

1	Chamamento de projetos
2	Avaliação por Comitê Científico
3	Composição do Portfólio de projetos
4	Feirão de Inovação do SUS
5	Acordos com potenciais investidores
6	Execução do projeto no CNPEM
7	Avaliação das entregas do projeto

Ciclos de 3 anos



Diretrizes operacional

O plano deve operar sob uma lógica de **pipeline contínuo, flexível e dinâmico**, com **portas de entrada regulares** para novos projetos e soluções, promovendo sinergia entre:

- Pesquisa básica, aplicada e desenvolvimento tecnológico;
- Startups, universidades, ICTs e empresas farmacêuticas;
- Demandas estruturantes do SUS e oportunidades de inovação de fronteira.

Instrumentos de viabilização

- Chamadas públicas regulares e contínuas;
- Acordos de parceria com centros hospitalares e agências públicas;
- Eventos abertos e "feirões tecnológicos" para apresentação de soluções a empresas;
- Comitês científicos de priorização.

Mecanismos de gestão e operação

Papéis do CNPEM

- Identificar e selecionar projetos com potencial disruptivo, com foco na geração de soluções inovadoras para desafios prioritários em saúde.
- Articular parcerias estratégicas com empresas, universidades, centros de pesquisa e órgãos reguladores, promovendo sinergias em prol do desenvolvimento tecnológico nacional.
- Oferecer apoio técnico-científico e suporte regulatório ao desenvolvimento e à escalabilidade industrial das tecnologias selecionadas.
- Organizar eventos anuais de *matchmaking*, como o **Feirão de Inovação em Saúde**, para fomentar a integração entre pesquisadores, empreendedores e o setor produtivo.
- Apoiar a capacitação técnica e a implementação de programas de residência tecnológica, visando a formação de recursos humanos altamente qualificados.
- Estimular a participação de pesquisadores internacionais de reconhecida expertise nos temas estratégicos, promovendo o intercâmbio de conhecimento e a cooperação científica.



Mecanismos de gestão e operação

Fontes de entrada de projetos

- Pesquisas acadêmicas e translacionais desenvolvidas em universidades públicas e privadas.
- Projetos e spin-offs oriundos de startups e pequenas empresas de base tecnológica.
- Demandas identificadas pelo Ministério da Saúde e outras pastas setoriais.
- Projetos estruturantes já em curso no CNPEM.
- Pesquisas com financiamento do Decit/MS e FNDCT/Finep.
- Parcerias com centros de excelência hospitalares e ICTs do Sistemas.
- Propostas de empresas farmacêuticas e farmoquímicas nacionais e multinacionais.

Instrumentos de suporte à entrada contínua

- Chamadas regulares (ex: semestrais ou contínuas) para submissão de propostas.
- Programa nacional de apoio a startups e novos empreendimentos de base tecnológica em saúde.
- Plataformas tecnológicas e estrutura laboratorial compartilhada no CNPEM.
- Comitês científicos temporários para avaliação e priorização de projetos.
- Termo de cooperação e contrato de desempenho para projetos selecionados.



Área prioritária

Descoberta e
validação de alvos

Biotecnologia

Fármacos de alta potência

Pesquisas complementares
e inovadoras

Terapêuticas e diagnóstico
disruptivo

Genômica e inteligência em
saúde

Foco estratégico

Identificação de alvos moleculares relevantes com alto potencial terapêutico e mecanismo de ação comprovado. Primeiras etapas de prototipagem e geração de compostos candidatos com inovação radical.

Anticorpos, proteínas recombinantes, peptídeos terapêuticos.
Desenvolvimento de plataformas de produção biotecnológica avançada.

Compostos de alto poder terapêutico e seletividade. Investigação e desenvolvimento de compostos com alta potência e seletividade, incluindo moléculas de ação direcionada e terapias emergentes.

Reposicionamento, biomarcadores, fenotipagem e tecnologias de *screening*. Estudos de reposicionamento de fármacos (*repurposing*), combinação terapêutica, uso de biomarcadores e modelagem avançada para acelerar a translação.

Soluções de saúde digital, diagnósticos inovadores e medicina personalizada.
Desenvolvimento de tecnologias disruptivas em diagnóstico precoce, monitoramento clínico ou plataformas de terapias digitais e tecnológicas de base biológica.

Aplicação da genômica, sequenciamento e integração com dados clínicos para descoberta de alvos, estratificação de pacientes e medicina personalizada. Modelagem preditiva e machine learning para integrar dados genômicos e clínicos de forma translacional.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Estrutura

Institucional e Operacional

01

Governança

Conselho de
Administração, Diretoria,
assembleias e
supervisão do MCTI

02

**Escritório
de Usuários**

Plataforma única para
submissão, apoio técnico,
financeiro e acesso aos
laboratórios

03

**Núcleos
Operacionais****Comitê
regulatório**

Portfólio, Parcerias,
Regulatório,
Monitoramento

04

**Fluxo de
Projetos**

Submissão
Avaliação
Execução
Monitoramento
Translação

05

**Capacitação
Engajamento**

Estágios, residências
tecnológicas e eventos para
integração com o mercado
e sociedade

Financiamento



- **Ministério da Saúde** entra como interveniente ao contrato de gestão.



- **Celebração de Termo aditivo** do contrato de gestão do MCTI com o CNPEM.
(R\$ 200 milhões divididos em 5 anos), sendo R\$ 45 milhões para 2025 e prorrogação do contrato por, no mínimo, 5 anos.



- **Plano Orçamentário (000B - Fortalecimento e ampliação da capacidade de inovação em novos fármacos) na Ação Orçamentária 212H** (Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais - Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998).

Instrumentos legais para financiamento

Investimentos em CT&I em Saúde



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Contrato de uso compartilhado

Instrumentos jurídicos que viabilizam o uso conjunto de infraestrutura, equipamentos e tecnologias.



Chamadas públicas

Seleção de propostas e projetos, voltados à mobilização de pesquisadores, empresas e startups para participação nas ações.



Acordos de prop. Intelectual e transf. tecnológica

Instrumentos legais que definem direitos e deveres relacionados à propriedade das tecnologias geradas.



Acordo de parceria com centros hospitalares e agências públicas

Cooperações voltadas ao desenvolvimento conjunto de pesquisas clínicas, validação translacional e incorporação tecnológica.



Termo de cooperação

Acordo formal entre instituições que estabelece responsabilidades e objetivos em comuns.



Eventos abertos e “feirões”

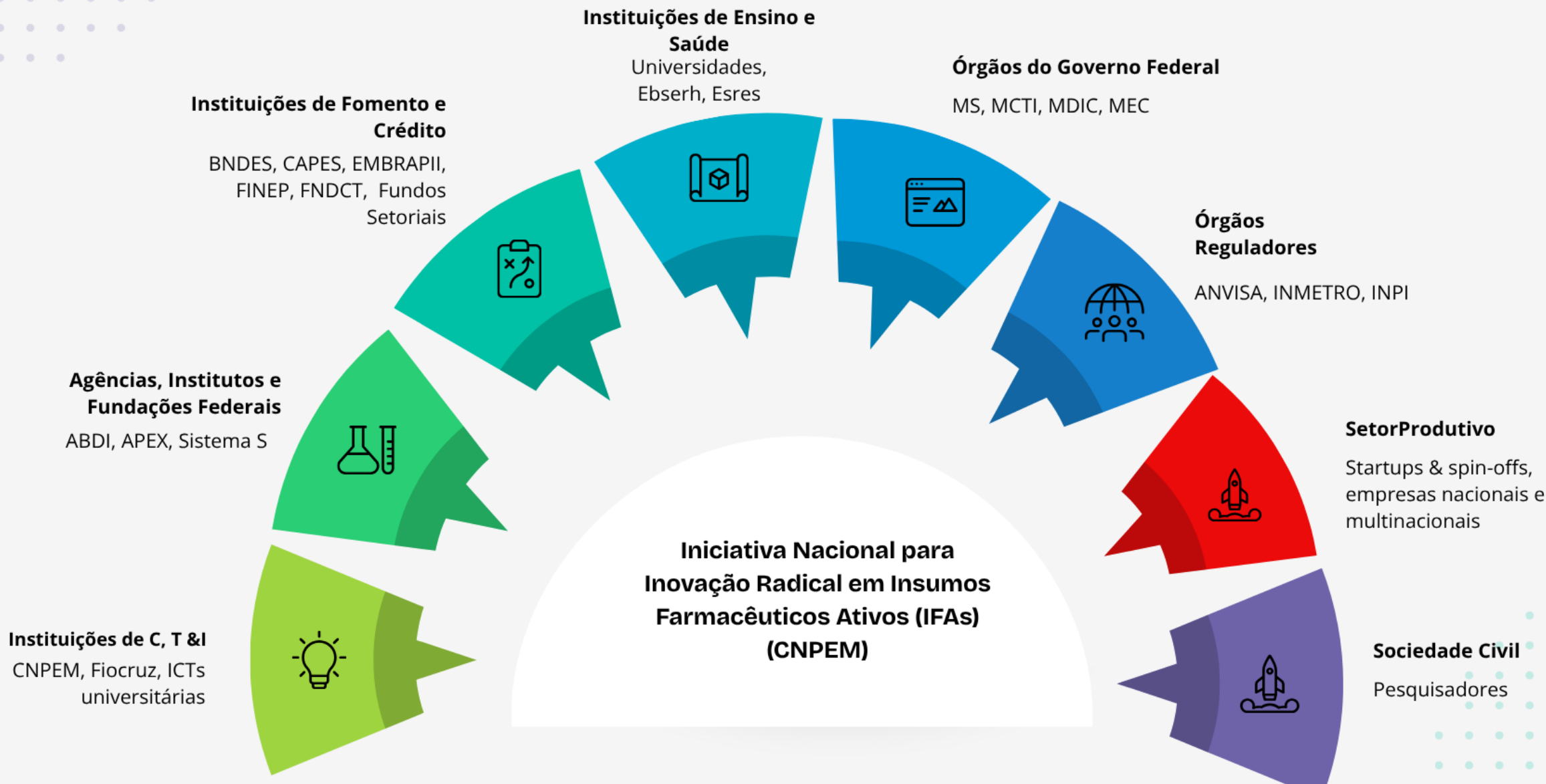
Ferramenta estratégica para ampliar a visibilidade das soluções desenvolvidas no âmbito da Iniciativa, promover a interação com o setor empresarial e atrair investimentos privados.



Atores estratégicos



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Estratégias de Implementação e Cronograma

Fases sugeridas

2025: Estruturação operacional, formalização de parcerias, primeira chamada pública;

2026–2027: Implementação e maturação dos primeiros projetos, operação do feirão, consolidação de plataformas tecnológicas;

2028–2030: Primeiros produtos clínicos e registros sanitários, aumento da presença internacional, ampliação da rede nacional.



Obrigada!



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

